



As Diretrizes da OCDE e os direitos à posse de terra

Seus direitos à posse de terra ou suas terras estão sendo prejudicados ou ameaçados por atividades empresariais? Você ou sua comunidade foram removidos à força de sua casa e propriedade para dar lugar a uma empresa? As Diretrizes da OCDE podem te ajudar a lutar por seus direitos à posse de terra.

O que dizem as Diretrizes da OCDE sobre direitos à posse de terra

As Diretrizes da OCDE estipulam que as empresas devem respeitar todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Isso pode incluir direitos à posse de terra, bem como os vários direitos sustentados pela garantia da posse da terra, como os direitos à moradia, alimentação, saúde e à vida. As Diretrizes também reconhecem que impactos ambientais deletérios geralmente estão ligados a impactos sobre direitos à posse de terra, observando a importância da governança responsável da propriedade de terras, florestas e de recursos da pesca. Você pode usar as Diretrizes da OCDE para exigir que empresas:



- Evitem causar ou contribuir para danos aos direitos à posse de terra e remediem tais danos quando eles ocorrerem. Isso inclui evitar retaliações contra pessoas que defendam terras, florestas, recursos de pesca e territórios contra atividades empresariais.
- Ajudem a interromper ou reduzir danos aos direitos à posse de terra diretamente ligados às suas atividades, mesmo que não tenham causado ou contribuído para tais danos.
- Tenham um plano ambiental envolvendo devida diligência baseada no risco para abordar todos os impactos ambientais de suas operações, seus produtos e seus serviços, incluindo impactos sobre a terra e os direitos à posse de terra.
- Comuniquem e promovam o envolvimento significativo de comunidades afetadas, inclusive por meio de devida diligência. Isso inclui comunidades com direito legítimo à posse de terra.
- Garantam que investimentos em terras, florestas e recursos de pesca não prejudiquem e não salvaguardem a expropriação de titulares legítimos de terras conforme abordado nas Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Terra (VGGTs).

Dica

As Diretrizes exigem que as empresas respeitem os direitos humanos de forma ampla e observam a ligação entre danos ambientais e danos aos direitos à posse de terra. Ao combater prejuízos aos seus direitos à terra, a sociedade civil deve usar a linguagem dos capítulos Direitos Humanos e Meio Ambiente, juntos, para destacar a estipulação implícita das Diretrizes de que empresas devem respeitar os direitos à posse de terra – inclusive por meio da remediação de danos a tais direitos. A sociedade civil deve ajudar as empresas e os órgãos de denúncias a compreender o *significado* do respeito aos direitos à terra descrevendo aspectos-chave – como evitar o deslocamento forçado e respeitar a posse tradicional, comum e não documentada de terras – e citar as VGGTs e outras diretrizes internacionais ou respeitadas sobre direitos à posse de terra.

O que são as Diretrizes da OCDE?

As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável (as Diretrizes da OCDE) são recomendações feitas pelos governos a empresas sobre como operar de forma responsável. As Diretrizes da OCDE estabelecem padrões não vinculantes para uma conduta empresarial responsável, abrangendo uma ampla gama de questões importantes para as comunidades, como os direitos humanos, os direitos trabalhistas e o meio ambiente, cobrindo também tópicos como corrupção e tributação.

A fim de promover as Diretrizes e tratar as denúncias sobre atividades empresariais prejudiciais, os governos que aderem as Diretrizes da OCDE devem estabelecer um órgão extrajudicial de denúncias denominado Ponto de Contato Nacional para Conduta Empresarial Responsável. As Diretrizes estabelecem padrões adequados para todas as empresas, mas as denúncias só podem ser apresentadas contra dois tipos de empresas com operações internacionais: 1) empresas multinacionais com sede em um país aderente às Diretrizes da OCDE ou 2) empresas multinacionais que operem em um país que adote as Diretrizes da OCDE.

Como as Diretrizes da OCDE podem ajudar?

A sociedade civil pode usar as Diretrizes para:



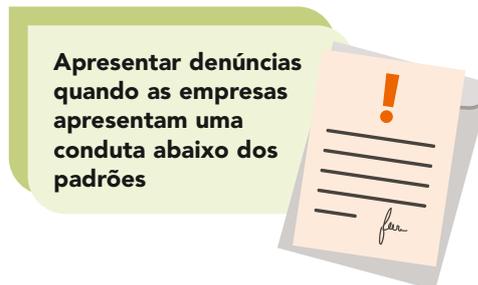
Promover a conscientização da comunidade sobre os padrões destinados às empresas



Falar com as empresas para exigir uma conduta melhor



Defender leis e políticas sólidas sobre responsabilidade corporativa



Apresentar denúncias quando as empresas apresentam uma conduta abaixo dos padrões

Sobre a OECD Watch

A OECD Watch é uma rede global da sociedade civil com mais de 130 organizações-membros em mais de 50 países. Nosso trabalho concentra-se do fortalecimento de comunidades, pessoas trabalhadoras e ONGs para que estes utilizem as Diretrizes da OCDE para garantir que o setor empresarial respeite os direitos humanos e o planeta e que as empresas sejam responsabilizadas por suas impactos negativos em todo o mundo. A OECD Watch ajuda comunidades e ONGs na apresentação de denúncias e na defesa de direitos diante de governos e empresas. Também fazemos pesquisas e defendemos políticas na OCDE e em países isolados para incentivar uma implementação mais eficaz das Diretrizes e um alinhamento mais estrito entre as Diretrizes e as leis de responsabilidade corporativa. **Precisa de ajuda? Entre em contato conosco!**

MAIS
INFORMAÇÕES

